

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
<p>Despacho</p>		
<p>Autor: Dep. Zeca Viana</p>		

Com arrimo no art. 177, *caput*, do Regimento Interno desta Casa de Leis c/c o art. 27 e 28 da Constituição Estadual requero à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, que aprove o presente Requerimento de INFORMAÇÕES direcionado ao Excelentíssimo Governador, senhor **JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** com cópia ao Excelentíssimo Secretário-Chefe da Casa Civil, senhor **JÚLIO CESAR MODESTO DOS SANTOS**, com cópia ao Excelentíssimo Secretário de Estado de Gestão, senhor **RUY CARLOS CASTRILLON DA FONSECA** devendo o referido ser respondido por escrito no prazo máximo de 30 (trinta) dias nos termos do art. 28 da Constituição Estadual ou, se, já, disporem das informações ora requeridas, podendo atender no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos da Lei Federal n.º 12.527/2011.

(Ref.: Serviço de Controle de Consignação / CONSIGNUM / CIP).

CONSIDERANDO que uma das funções deste Parlamento é fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos do Estado de Mato Grosso em obras e serviços, requero de Vossas Excelências as seguintes INFORMAÇÕES:

- a) Encaminhar a este Gabinete a cópia do Acordo de Cooperação n.º 001/2016, o qual regula o intercâmbio técnico de informações e a mútua colaboração entre a **CIP** – Câmara Interbancária de Pagamentos e a SEGES;
- b) Qual a pessoa jurídica e/ou empresa contratada pela SEGES responsável pelo SCC - Serviço de Controle de Consignação no Estado de Mato Grosso?
- c) Encaminhar a composição da CIP – Câmara Interbancária de Pagamentos;
- d) Encaminhar cópia do Contrato que constituiu o referido serviço, bem como informar o custo financeiro para manutenção do controle e gestão de consignados.

JUSTIFICATIVA

A proposição do presente Requerimento tem fundamento no *Princípio Constitucional da Publicidade/Transparência e da Eficiência dos Atos da Administração Pública*, insculpidos no *caput* do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Desta feita, requeiro as informações supra para tomar conhecimento exato e concreto do funcionamento do SCC – Serviço de Controle de Consignação dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso.

Pelas razões expostas e tendo em vista o cumprimento das atribuições deste Parlamentar, apresento o presente Requerimento de Informações para análise e apreciação dos Nobres pares, para que Vossas Excelências ao final o aprovem perante o Plenário desta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 15 de Maio de 2018

Zeca Viana
Deputado Estadual